

## **A IGREJA DE SANTA CECÍLIA E AS REPRESENTAÇÕES DO BANDEIRANTE NA OBRA DE BENEDITO CALIXTO: PERCALÇOS ECLESIÁSTICOS EM SÃO PAULO, NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

**Cristina de Toledo Romano**\*

**RESUMO:** A Igreja de Santa Cecília localizada na cidade de São Paulo guarda um importante acervo do pintor Benedito Calixto. Em meio a essa obra que inclui uma série de painéis e retratos encontra-se representada a história de Pero Corrêa, um bandeirante que atuou no litoral paulista no século XVI. Essa representação que data dos anos de 1910 e 1912 se distancia da imagem valorosa e heróica, que se constituiu na mesma época a partir do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Museu Paulista, acerca dos bandeirantes. Procura-se demonstrar que tal peculiaridade relaciona-se com as contradições da Igreja ultramontana em face do Estado republicano na época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja de Santa Cecília (SP), Benedito Calixto, Representações dos Bandeirantes Paulistas, Romanização.

**ABSTRACT:** The Santa Cecília's church located in the city of São Paulo has an important Benedito Calixto's patrimony. This artist's work includes a serie of panels and portraits that represent the Pero Corrêa's history, a bandeirante that actuated in the paulista littoral at 16th Century. This representation realized between 1910 and 1912 is different from the other one that exhibit a valorous and heroic image wich was done in the same period in the Historian and Geographic Institute of São Paulo and in the Museum Paulista, about the bandeirantes. This communication intends to demonstrate that the singularity mentioned is connected with the contradictions ultramontana's Church in front of the republican State in this epoch.

**KEY-WORDS:** Santa Cecília's church (SP), Benedito Calixto, Representations of the Paulistas Bandeirantes, Romanization.

A paróquia de Santa Cecília em São Paulo foi criada em meio à Reforma que a Igreja católica fez arrancar a partir do final do século XIX. Tal Reforma que envolvia uma reorganização da vida eclesiástica e o desenvolvimento de novas práticas religiosas atingia toda a Igreja no Brasil, e estava de acordo com orientações advindas da Santa Sé Romana.

O acompanhamento minucioso da vida das Igrejas de cada país pelo centro político do catolicismo, sobretudo a partir do pontificado de Pio IX (1846-1878), fazia parte da

---

\* Mestre em Literatura Brasileira, USP; Doutora em História Social, USP; Docente de Teoria da História e História Moderna, Universidade do Grande ABC. E-mail: ctromano@uol.com.br.

política adotada pela Igreja Romana destinada a enfrentar os ataques vindos de diferentes setores sociais imbuídos de ideologias condenatórias da religião e, em especial, da instituição católica, na época.

Segundo Eric Hobsbawm, o anticlericalismo do século XIX incluía todas as correntes intelectuais – “dos liberais moderados aos marxistas e anarquistas” – e almejava “tomar da religião qualquer status oficial na sociedade”, conferindo-lhe um papel próximo ao das organizações “puramente voluntárias”. Este posicionamento, segundo ele, associava-se à crença no caráter retrógrado das religiões, sobretudo, das “bem estabelecidas” que se mostravam “hostis ao progresso”; e também era baseado:

na crescente capacidade administrativa, amplitude e ambição do estado laico – mesmo na sua forma mais *laissez-faire* e liberal – que estava deciso a expulsar organizações privadas daquilo que então considerava seu campo de ação.<sup>1</sup>

A Igreja católica, diante de tal situação, procurou desenvolver táticas, entre as quais a interferência nas Igrejas nacionais para adequá-las ao pensamento e ao comportamento romanos, objetivando fortalecer a instituição, defendendo-a, sobretudo, de seus adversários a nível mundial.

No Brasil, a adequação dos fiéis ao modelo do catolicismo romanizado implicava na destruição dos padrões religiosos fundamentados no catolicismo popular que se desenvolvera ao longo de mais de quatro séculos. Esse catolicismo, denominado pelos estudiosos de “popular” foi desenvolvido desde o período colonial, paralelamente ao que era pregado pela Igreja oficial. Era constituído de um conjunto de práticas e de representações religiosas que não dependiam da intervenção da autoridade da Igreja.

Nesse catolicismo, a relação entre os fiéis e seus santos protetores se dava sem a intermediação da Igreja. Aqueles firmavam com estes uma espécie de aliança que se expressava em atos de culto: orações, romarias, e festas, o que demonstra uma relação

---

<sup>1</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric J. *A Era do capital: 1848- 1875*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 280-281.

permanente de proteção e devoção, já que se acreditava que a medida da proteção era determinada pela medida da devoção.<sup>2</sup>

Nas vilas e nas cidades, as expressões populares do catolicismo se davam no âmbito das confrarias e das irmandades que eram dirigidas por leigos e que, embora reconhecidas pelo direito eclesiástico e civil, não dependiam das autoridades constituídas pela Igreja para a sua administração.

No processo de romanização, ou seja, de adequação dos padrões estabelecidos por Roma, a Igreja procurou submeter essas antigas associações e investiu na criação de outras novas que se desenvolveram, especialmente, através de um conjunto de Congregações religiosas estrangeiras que estavam plenamente de acordo com os ideais do catolicismo promovido pela Santa Sé. Essas congregações foram promovendo junto às suas respectivas associações de leigos outras devoções substituindo as das antigas Irmandades, como por exemplo, às devoções à Sagrada Família, à Virgem Maria, ao Santo Rosário, ao Sagrado Coração de Jesus, etc.

Tais associações religiosas foram sendo instituídas nas paróquias que, aliás, durante a Reforma, passaram a ser o centro da aplicação das determinações romanas. Era a partir delas que se propagavam os padrões oficiais de comportamento nos cultos e nas solenidades religiosas, e somente em sua instância podiam ser recebidos os sacramentos.<sup>3</sup>

A Igreja, então, procurou ampliar o número dessas unidades eclesiásticas que dependiam diretamente das dioceses.

Na cidade de São Paulo, em três séculos haviam sido criadas apenas seis paróquias: em 1554, a paróquia da Sé; em 1796, a da Freguesia do Ó e da Penha; em 1809, a de Santa Ifigênia; em 1818, a do Brás e; em 1870, a da Consolação. A partir do final do século XIX, entre 1895 e 1917, mais quinze unidades foram instituídas:

---

<sup>2</sup> Cf. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe – gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>3</sup> Cf. DIEL, Paulo Fernando. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In: LONDOÑO, Fernando Torres (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil – perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 135-136. O autor afirma que as paróquias, naquele momento, constituíram-se em unidades táticas; a partir delas, a Igreja buscava “fundamentar uma verdadeira conquista espiritual” do povo.

Paróquias criadas na capital de São Paulo entre 1895 e 1917 <sup>4</sup>					
1895	1897	1908	1911	1914	1917
Santa Cecília Sant' Anna Cambuci	Belém	S. J. Batista Bela Cintra	Lapa	Bom Retiro Barra Funda Mooca Pari Perdizes Pinheiros Vila Mariana	Saúde

A paróquia de Santa Cecília, instituída em 1895, cuja circunscrição territorial abrangia uma população de aproximadamente 22 mil católicos<sup>5</sup> tornou-se um modelo na Arquidiocese no contexto da Reforma. Ela figurava em primeiro lugar na capital em termos de promoção de comunhões, destacando-se, também, quanto ao número de associações religiosas e de escolas e externatos católicos.<sup>6</sup>

Tal fato se associa à atenção especial que lhe dedicara Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo entre 1908 e 1938, que com o apoio da elite paulista ligada à economia cafeeira buscou transformar esta paróquia no exemplo a ser seguido por todas as demais paróquias da Arquidiocese.

Dom Duarte esteve à frente de Santa Cecília desde sua fundação.<sup>7</sup> Na qualidade de primeiro vigário assumiu uma circunscrição cujos territórios se originaram do

<sup>4</sup> Tabela elaborada a partir do *Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo n. 3 (1916-1917)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Companhia, 1918.

<sup>5</sup> Entre todas as paróquias da capital, ela era a terceira em número de católicos brasileiros, com 66%, vindo depois das paróquias de Nossa Senhora do Ó, com 97% e a de São Miguel, com 82%. Nas demais paróquias preponderavam católicos estrangeiros, sendo que em algumas a porcentagem de brasileiros era ínfimo, como é o caso da Barra Funda (13%), do Brás (18%), da Mooca (18%), do Pari (17%) e de São João Batista (15%). É importante lembrar que a maior parte da população de italianos que faziam parte da Paróquia de Santa Cecília passou para as Paróquias da Lapa e da Barra Funda com os desmembramentos de 1911 e 1914. Cf. se depreende dos dados dos *Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo n. 2 (1915-1916)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Cia, 1916; *n. 3 (1916-1917)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Cia, 1918; *n. 4 (1918-1919)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Cia, 1919; *n. 5 (1919-1920)*. São Paulo: Tipografia Augusto & Cia, 1920.

<sup>6</sup> Cf. se depreende dos *Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo n.ºs 2, 3, 4 e 5*.

<sup>7</sup> Duarte Leopoldo e Silva nasceu em 1867 na cidade de Taubaté, em São Paulo. Estudou no Seminário Diocesano a partir de 1887 e ordenou-se em 1892, assumindo o cargo de coadjutor da paróquia de Jaú em 1893. Atuou como primeiro vigário da paróquia de Santa Cecília, na capital do Estado, entre 1895 e 1904, de onde saiu para assumir o episcopado de Curitiba no Paraná. Em 1907 retornou à São Paulo assumindo o governo da Diocese em substituição ao Bispo D. José de Camargo Barros. Em 1908 foi nomeado primeiro arcebispo de São Paulo.

desmembramento das freguesias da Consolação e de Santa Ifigênia, que abrangeu os subdistritos da Santa Cecília, Palmeiras, Higienópolis, Campos Elísios, Barra Funda, Lapa, Perdizes, Água Branca, Anastácio e parte do Bom Retiro.<sup>8</sup>

Para a sede da paróquia de Santa Cecília foi escolhida a capela da Irmandade de Santa Cecília e São José, localizada no bairro de Santa Cecília. Este bairro e mais dois outros, Palmeiras e Campos Elísios, que foram submetidos à circunscrição dessa Paróquia se originaram da expansão do bairro do Arouche na região do Campo Redondo, nos primórdios do século XIX.

A partir dos anos de 1870, muitos dos proprietários de fazendas produtoras de café, atraídos para a capital do Estado, instalaram-se nessa região, colaborando para a sua urbanização. Os espaços das antigas chácaras foram loteados, regularizados e arruados, acompanhando o movimento de transferência das famílias abastadas para o principal centro econômico de suas atividades produtivas.<sup>9</sup> Foi nessa época que um grupo de habitantes ligados à política local fundaram a Irmandade de São José e Santa Cecília.<sup>10</sup>

Em 1895 quando se criou a nova jurisdição eclesiástica, essa Irmandade foi extinta e seus membros submeteram-se à autoridade da Igreja, reconhecendo Duarte Leopoldo como o novo guia sacerdotal da região.<sup>11</sup>

Na realidade, a liderança espiritual do novo vigário deveria extrapolar a área dos habitantes da região do antigo Campo Redondo, atingindo, também, o contingente

---

<sup>8</sup> Mais tarde, dela foram desmembrados territórios para a constituição de três outras Paróquias: a da Lapa e da Barra Funda, em 07 de dezembro de 1911, e das Perdizes, em 02 de abril de 1914.

<sup>9</sup> A chacara do Arouche, por exemplo, após a morte de seu proprietário, o Dr. Antônio Pinto do Rego Freitas, foi vendida para a Empresa de Obras Brasil, firma constituída pelo senador Manuel Buarque de Macedo, que loteou e regularizou seu espaço que ficou conhecido como Vila Buarque. Cf. JORGE, Clóvis de Athayde. *Santa Cecília: Contrastes e Confrontos*. São Paulo: DPH, 2006, p. 88.

<sup>10</sup> A Irmandade foi constituída em 1880 por Joaquim José Ferreira, Joaquim Augusto de Camargo e Sebastião José Pereira; este último, presidente da Província entre 1875 e 1878. Posteriormente, vieram a participar de sua comissão dirigente: Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, Joaquim Cardoso de Melo, Antônio Pinto de Rego Freitas e Francisco Inácio Xavier de Assis Moura. *Ibid.*, p. 67.

<sup>11</sup> A Irmandade concedeu sua capela à Diocese e ofereceu-lhe também, seus paramentos e pertences, bem como a quantia em dinheiro que tinha acumulado em seus cofres.

Não há indícios sobre as relações dessa irmandade com as paróquias da Consolação e de Santa Ifigênia até o momento de sua submissão. O secretário geral do bispado afirmou, na época da submissão, que a concessão da capela, dos paramentos e dos recursos em dinheiro, havia sido deliberada em reunião da Irmandade que tomara ciência de que sua capela “era a única que poderia prestar-se” para Matriz de Santa Cecília. Cf. registro em 29 de abril de 1895. *Livro-Tombo n. 1, (1895-1929)*. Fundo da Paróquia de Santa Cecília. (Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva - AMDDL).

populacional que se vinha fixando nos arredores, e que se compunha de um extrato social que incluía operários e empregados em serviços públicos ou domésticos variados, como era o caso dos habitantes dos bairros da Barra Funda, da Lapa e da Água Branca<sup>12</sup>.

A assistência religiosa a toda essa população, ou melhor, à adequação da mesma ao catolicismo oficial, na área circunscrita pela paróquia, se revelou bastante difícil. É o que se percebe no lamento de Duarte Leopoldo, em 1898, em relação à persistência das manifestações do “catolicismo popular” nas capelas filiais<sup>13</sup> da Paróquia, “onde nada absolutamente se comunica ao vigário da Paróquia, e onde tudo se faz sem conhecimento seu”:

Neste mês de maio, e ainda mesmo nesta paróquia, celebram-se, em diversas capelas filiais, as espalhafatosas festas de Santa Cruz, cujo único resultado só reverte em proveito de algum taberneiro de vizinhança ou de algum torpe espetacular dos sentimentos religiosos do nosso povo.<sup>14</sup>

A atitude do pároco era a de “negar-se sistematicamente” a tomar parte nessas solenidades que misturavam manifestações de caráter popular ao catolicismo, chegando a tomar, algumas vezes, atitudes mais enérgicas em relação a elas, como a que se vê a seguir:

(...) sofrendo alguns dissabores em uma delas, onde o abuso se fazia mais notável pela vizinhança de uma cocheira fétida e imunda, consegui retirar a Cruz e mais objetos do culto, suprimindo todas as funções religiosas até que se restabeleçam as condições exigidas pela decência e decoro da Religião.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> O bairro da Barra Funda teve origem na Chácara do Carvalho e desenvolveu-se às margens da estrada de ferro Santos-Jundiaí, acompanhando a instalação das indústrias nesta área. Caracterizou-se pela forte presença de imigrantes de origem italiana que aí se estabeleceram como operários ou proprietários de pequenas empresas; e também pela presença de negros que prestavam serviços como ajudantes gerais nas casas nobres dos Campos Elísios ou em pequenos estabelecimentos comerciais e que residiam em cortiços, cômodos ou porões de casas. Cf. BRUNELLI, Aidelli S. Urbani et al. *Barra Funda* (Série: História dos Bairros – vol. 9). São Paulo: DPH, 2006, p. 22. Quanto ao bairro da Água Branca, era habitado, em sua maioria, pelos empregados das principais oficinas da Companhia Ferroviária São Paulo Railway, estabelecidas na cidade em 1868.

<sup>13</sup> A Paróquia tinha três capelas filiais, nessa época, nos seguintes bairros: Perdizes, Lapa e Barra Funda.

<sup>14</sup> Registro em agosto de 1898. *Livro-Tombo n. 1*. Fundo da Paróquia de Santa Cecília. (AMDDL).

<sup>15</sup> Registro em agosto de 1898. *Ibid.*

As dificuldades para o acompanhamento das atividades religiosas das populações dos bairros da Lapa e Água Branca levaram o vigário a solicitar das autoridades diocesanas, a permissão para a ereção de pia batismal e para a celebração de casamentos na capela ali estabelecida, na perspectiva de aproximá-las das práticas católicas oficiais, já que a distância da Igreja Matriz paroquial dificultava-as.<sup>16</sup> Também solicitou a nomeação de um padre auxiliar, um coadjutor, propondo, inclusive, que a ele fossem cedidos “integralmente” todos os rendimentos e direitos paroquiais.<sup>17</sup>

Em 1900, cinco anos após a ereção da paróquia, Duarte Leopoldo lançou um jornal que procurava sanar os problemas decorrentes do distanciamento dos fiéis em relação à Igreja Matriz; segundo ele próprio, a publicação procurava auxiliá-lo ante as dificuldades para o cumprimento do dever de visitar os fiéis para:

conhecer de perto as necessidades espirituais de todo o rebanho, palpar-lhe, por assim dizer as feridas, ouvir-lhe as queixas, sentir-lhe as mágoas, enxugar-lhe as lágrimas, dar graças a Deus pelos benefícios recebidos, e, não poucas vezes, corrigir ou modificar alguma coisa da sua direção.

O jornal intitulado *Mensageiro Paroquial* seria:

o emissário do pároco no seio das famílias, o porta-voz da sua doutrina, dos seus avisos, dos seus conselhos, o **esmoler** dos pobres e das obras pias, (...) o **próprio pároco visitando as suas ovelhas**.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Em 1899 por ocasião da inauguração de parte da nova Igreja Matriz, Duarte Leopoldo afirmou sobre a mesma que, ainda recentemente “os paroquianos de Santa Cecília, em sua grande maioria, (...) ignoravam a sua existência, não conheciam a nova Matriz”, por isso, “fizeram-se publicações diversas pela imprensa, distribuíram-se circulares, mapas, etc”, tendo-se organizado “um verdadeiro trabalho de propaganda, mas tudo parecia baldado”. Cf. Registro em setembro de 1899. Ibid.

<sup>17</sup> Mais tarde, o vigário decidiu “confiar” tais bairros à direção dos padres Agostinianos Recoletos, alegando que se tornava: “cada vez mais impossível a vigilância atenta e eficaz do vigário da Paróquia sobre as populações da Lapa e Água Branca, cujo desenvolvimento exige maiores cuidados, (...)” Nessa ocasião, esclareceu, ainda, sua intenção de que aí se constituísse uma nova paróquia “com as divisas que oportunamente forem combinadas entre o vigário e a Autoridade Diocesana”. Cf. Registro em 01 de agosto de 1902. Ibid.

<sup>18</sup> O Mensageiro Paroquial e sua missão. *Mensageiro Paroquial de Santa Cecília (MP)*. Igreja de Santa Cecília, ano 1, n. 1, 05 out. 1900. Grifos do original.

Através dele, o então vigário procurava afirmar a importância do cumprimento dos sacramentos e tecia recomendações quanto aos comportamentos a serem adotados nos cultos religiosos.

Duarte Leopoldo desencadeou também o processo de ereção do templo da paróquia que durante quatro anos se serviu da antiga capela da região.

A preocupação do vigário quanto à ereção da edificação religiosa justificava-se pelo seu caráter no âmbito do catolicismo romanizado. O templo adquiria para o exercício da prática sacerdotal que daí decorria grande importância, pois, constituía-se no principal centro das cerimônias litúrgicas; nele propagava-se a doutrina, promoviam-se os atos de culto, e distribuía-se os sacramentos fundamentais para a “salvação”.

Na perspectiva de dar legitimidade ao edifício religioso, o vigário argumentava que apesar de se poderem fazer as orações em “toda parte”, era “verdade que o lugar sagrado exerce uma influência irresistível sobre os nossos sentimentos”:

Entrai numa igreja convenientemente ornada, onde tudo se reveste desse espírito de ordem, de asseio e de limpeza que é perfeita imagem da pureza interior; e sentireis, desde logo, uma voz misteriosa que vos chama ao recolhimento e à oração. Dir-se-iam que as idéias se alegram à vista dessas flores, dessas pinturas, desses labores artísticos, dessa harmonia, enfim, que a tudo preside. Os ornamentos cheios de graça e de simplicidade, os cânticos sagrados, as cerimônias litúrgicas, tudo deixa entrever alguma coisa de sobrenatural, que nos crava no coração o pensamento e o desejo do céu. Sente-se que a majestade divina passeia por sob as abóbadas; paira na atmosfera o frêmito divino do sentimento e da veneração religiosa.<sup>19</sup>

Para a concretização desse ideal da igreja, o vigário se utilizava de seu periódico, como meio de envolver os paroquianos na empreitada encetada; na ocasião da publicação do primeiro número, o pároco explicava que as obras tinham sido iniciadas havia “pouco mais de três anos” e que já se podia “dizer que ela é um verdadeiro monumento de fé”. Relembra o “acolhimento entusiástico que, desde o seu início, recebeu do povo paulista a

---

<sup>19</sup> O templo católico – sua influência, utilidade e significação. *MP*, ano 1, n. 10, 5 jul. 1901.

construção desta Matriz”; povo que vinha colaborando com “donativos espontâneos para acudir as necessidades inadiáveis de uma paróquia recentemente inaugurada”.

É importante lembrar que Santa Cecília está entre as primeiras paróquias, na cidade de São Paulo, que foram criadas no contexto republicano, em que não se podia mais contar com o apoio financeiro do Estado para a manutenção dos templos, dos assistentes eclesiásticos e das cerimônias litúrgicas.

Portanto, Duarte Leopoldo estava lançando mão de estratégias para o enfrentamento dessa nova situação ao buscar atrair os fiéis para a condução do projeto de construção da Igreja Matriz.

A Igreja de Santa Cecília, assim como os demais empreendimentos arquitetônicos, também deveria ser motivo de orgulho para o grupo que estava à frente das mudanças substanciais que se vinham realizando no espaço urbano, de acordo com a cultura burguesa e capitalista.

No contexto analisado, este grupo buscou substituir as antigas estruturas da cidade, “os traços culturais caipiras” por outros, os da “nova cultura da aparência, do gosto e dos modos europeus”:

(...). A elite dos fazendeiros aprendeu o fundamental da nova sociedade que eles representavam: as pessoas não eram apenas o que julgavam ser, mas também e, talvez mais ainda, o que pareciam ser”.<sup>20</sup>

Daí que as posturas de Duarte Leopoldo demonstram que a Igreja foi apelando para estas novas concepções desse grupo. Assim, em ocasiões como a da inauguração de mais uma parte do templo de Santa Cecília, em 1901, exultante, comentava:

Não cabe nos limites de uma notícia a transcrição de todos os pormenores desta esplendida festividade que veio coroar os esforços da piedade paulista, erigindo no breve espaço de quatro anos e oito meses um templo

---

<sup>20</sup> MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 191.

destinado a ocupar um dos primeiros lugares da Diocese, pela sua arquitetura verdadeiramente elegante.<sup>21</sup>

Nos bairros que ia ocupando, na capital paulista, a elite cafeeira construía seus palacetes com jardins extensos entre praças e alamedas, e também suas igrejas. Daí um apelo como o de Duarte Leopoldo ter sido atendido tão prontamente, motivando a vaidade expressa num artigo citado por ele em 1902:

Dentre as várias igrejas nossas, algumas velhíssimas, outras modernas e outras ainda em levantamento, quase todas, na maioria, de um deplorável e incorrigível mau gosto, respeito não só a construção bruta como ao extravagante acabamento, merece destaque especial a nova Matriz de Santa Cecília.<sup>22</sup>

Através do *Mensageiro Paroquial*, a cada mês, o vigário lembrava a todos os paroquianos de Santa Cecília que, entre eles, havia um grupo muito especial, pronto a acudir em todas as dificuldades para que se erguesse e se protegesse a “casa” de Deus. A confiança do vigário mostrava que esses especiais não abandonavam a causa, nem mesmo nos momentos mais adversos:

Honra a esta piedosa população de São Paulo, cuja inesgotável generosidade jamais se cansa, quando se trata das obras de Deus. Se o período que ora atravessamos é verdadeiramente de crise, nem por isso deixará ele de ser notado pelos nossos vindouros como um dos mais brilhantes da caridade paulista.<sup>23</sup>

A cada número da publicação, o vigário expunha também uma lista dos que contribuía financeiramente para a construção do templo. Desta maneira, constituía-se um segmento de paulistas especiais que estavam sempre prontos a atender as necessidades que estavam acima de todos os interesses terrenos. Advinham eles, principalmente, da linhagem dos Prado, dos Moreira de Barros, dos Cintra, dos Barros, dos Souza Queiros, dos

---

<sup>21</sup> Inauguração. *MP*, ano 1, n. 3, 6 dez. 1901.

<sup>22</sup> Artigo do Jornal Correio Paulistano (s/d) na seção Matriz de Santa Cecília. *MP*, ano 2, n. 7, 4 abr. 1902.

<sup>23</sup> Matriz de Santa Cecília. *MP*, ano 1, n. 12, 6 set. 1901.

Penteado, dos Mendonça e de outras que, igualmente, faziam parte do grupo diretamente vinculado ao “grande capital cafeeiro” em São Paulo.

Verifica-se que o grupo de famílias que contribuía freqüentemente e com grandes somas para as obras de Santa Cecília é exatamente aquele que Perissinotto identificou como a parcela de elementos ligados à economia cafeeira que preponderava sobre as demais, no âmbito desta economia. Trata-se do grupo que não se restringira a produzir o café nas fazendas do interior; mas daquele que se envolvia em atividades diversas, embora, oriundas da mesma atividade. Essa parcela, embora detivesse propriedades produtoras daquele gênero, atuou também no comércio de exportação, na organização e direção de estradas de ferro, na fundação de bancos e, em atividades fabris.<sup>24</sup>

Pode-se concluir que a atuação de Duarte Leopoldo e Silva nesta paróquia que arregimentava o maior contingente de famílias abastadas da capital garantiu-lhe a ascensão ao bispado de São Paulo em 1907 e ao arcebispado, um ano depois.

Enquanto arcebispo, Dom Duarte continuou acompanhando detidamente o movimento de Santa Cecília dispensando a ela uma atenção muito especial. Estimulou a continuidade das obras da Igreja Matriz recebendo, inclusive, donativos para a mesma; incentivou o desenvolvimento das associações religiosas, comparecendo as suas reuniões, assembléias e festas; além disso, acompanhou diretamente os trabalhos de revestimento e de decoração de seu templo.

Interessa-me discutir daqui em diante o caráter desses trabalhos relacionados à confecção da Igreja. Em meio a sua decoração encontram-se as pinturas de Oscar Pereira da Silva e de Benedito Calixto. Deste último pintor destaco os dois painéis que se localizam sobre as entradas das capelas do Santíssimo Sacramento e da Sacristia.<sup>25</sup> Ambos se referem

---

<sup>24</sup> De acordo com Perissinotto, a “classe dominante não é uma entidade homogênea”. Apesar de sua unidade, ela não é monolítica, e sim fragmentada; em seu interior, inclusive, há uma delas que exerce um caráter hegemônico sobre as demais, preponderando politicamente: “aquela que consegue que seus interesses econômicos, embora não só eles sejam satisfeitos em caráter prioritário pela política econômica do Estado”. No caso em questão a classe de cafeeiros que diversificara suas atividades a partir da produção do café, é que passou a exercer a hegemonia sobre as demais. Cf. PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 25-27.

<sup>25</sup> São de Calixto também, os seis painéis, localizados na capela-mor, representando a vida de Santa Cecília; e os vinte e três retratos representando os papas mártires e os bispos de São Paulo até então.

à história de Pero Corrêa, um apresador de índios que atuava no litoral paulista no século XVI.

A imagem que sobressai dessas obras opõe-se àquela que veio a ser cunhada pelo Museu Paulista e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em torno da figura do bandeirante, na mesma época.

Essas instituições, responsáveis pela invenção de um passado glorioso para a legitimação dos paulistas no comando da nação a partir de 1894, exaltaram as ações desbravadoras dos bandeirantes no contexto da expansão do território nacional para o processo civilizatório do país, evocando-os como heróicos ancestrais dos paulistas.

A representação da figura do bandeirante tornou-se corrente em São Paulo entre o final do século XIX e o começo do século XX, não apenas no contexto da produção pictórica, mas também no da produção literária. Nesta época, recuperou-se uma imagem do bandeirante cunhada no século XVIII por representantes dos setores privilegiados da sociedade colonial, motivados pela necessidade de defender os antigos habitantes da cidade de São Paulo contra os recém-chegados da região das Minas:

A região aurífera entrara em decadência e um número considerável de europeus, de lá egressos, procurou São Paulo. Com um pequeno capital procuravam se estabelecer como comerciantes e/ou tropeiros. Enriqueciam e passavam a ameaçar o poder até então exercido pela antiga elite.<sup>26</sup>

A insegurança gerada por esse movimento teria levado Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, dois representantes da “antiga estirpe” a atribuírem as qualidades de bravura e superioridade aos paulistas, através da criação de uma imagem extremamente positiva de seus antepassados, que deveriam ser lembrados como aqueles que haviam, no processo de conquista dos territórios e de descoberta das minas de ouro:

---

<sup>26</sup> Cf. ABUD, Kátia Maria. “A idéia de São Paulo como formador do Brasil”. In: DE LUCA, Tânia Regina; FERREIRA, Antonio Celso; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 72-73.

Desafiado uma natureza brutal, enfrentado febres, chuvas inclementes e as feras da floresta. (...) passado fome, frio, mas tinham realizado seus intentos.<sup>27</sup>

A retomada desse mito, no século XIX, justifica-se pelo esforço dos paulistas em fazer reconhecer sua superioridade no processo de condução do “progresso” da nação. Os bandeirantes foram evocados como os iniciadores de um processo de evolução que culminara com a vigorosa economia cafeeira na época:

Se São Paulo ocupava naquele momento uma situação privilegiada era porque seus homens carregavam uma tradição de arrojo e vitalidade, que haviam herdado dos primeiros povoadores da Capitania de São Vicente. Assim, para os paulistas havia razões de sobra para que São Paulo exercesse a hegemonia na Federação que então se formava.<sup>28</sup>

A representação do bandeirante Domingos Jorge Velho<sup>29</sup> de 1903, ostentando uma imagem de absoluta valentia e bravura, de autoria de Benedito Calixto para o Museu Paulista, exemplifica os investimentos que foram feitos naquele sentido.

Comparando-se tal imagem com a que o mesmo pintor produziu na Igreja de Santa Cecília em torno da temática do bandeirante, observa-se uma diferença. O “desbravador” representado no templo católico se afasta da imagem do tipo valente, corajoso e determinado que vinha sendo evidenciada pela ideologia da elite paulista através daquelas duas outras instituições.

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 75.

<sup>28</sup> Ibid., p. 76.

Sobre esse assunto ver também os seguintes estudos: DE LUCA, Tânia Regina; FERREIRA, Antonio Celso; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: UNESP, 2002; GLEZER, Raquel. As transformações da cidade de São Paulo na virada do século XIX e XX. In: *Cadernos de História de São Paulo*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, vol. 3 (out./ nov. 1994) - vol. 4 (ago. / out. 1995). São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1994 – 1995; e SCHWARCZ, Lília Moritz. Os institutos históricos e geográficos: ‘Guardiões da história oficial’. In: \_\_\_\_\_, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>29</sup> Jorge Velho esteve à frente da destruição do quilombo dos Palmares no final do século XVII. Para apreciação da representação em questão ver Retrato de Domingos Jorge Velho In: SOUZA, Marli Nunes (coord. geral). *Benedito Calixto – 150 anos*. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2004. 1 CD-ROM.

Para a Igreja, Benedito Calixto pintou um tipo especial de bandeirante: Pero Corrêa, um apresador que depois de muitas indisposições com os jesuítas, veio a se converter em membro da Companhia de Jesus por intermédio do padre Leonardo Nunes, em 1549.

Essa representação que expõe o conflito que cercara as relações entre bandeirantes e jesuítas no passado colonial, além de não enaltecer a figura dos primeiros, torna mais valorosa a dos últimos.

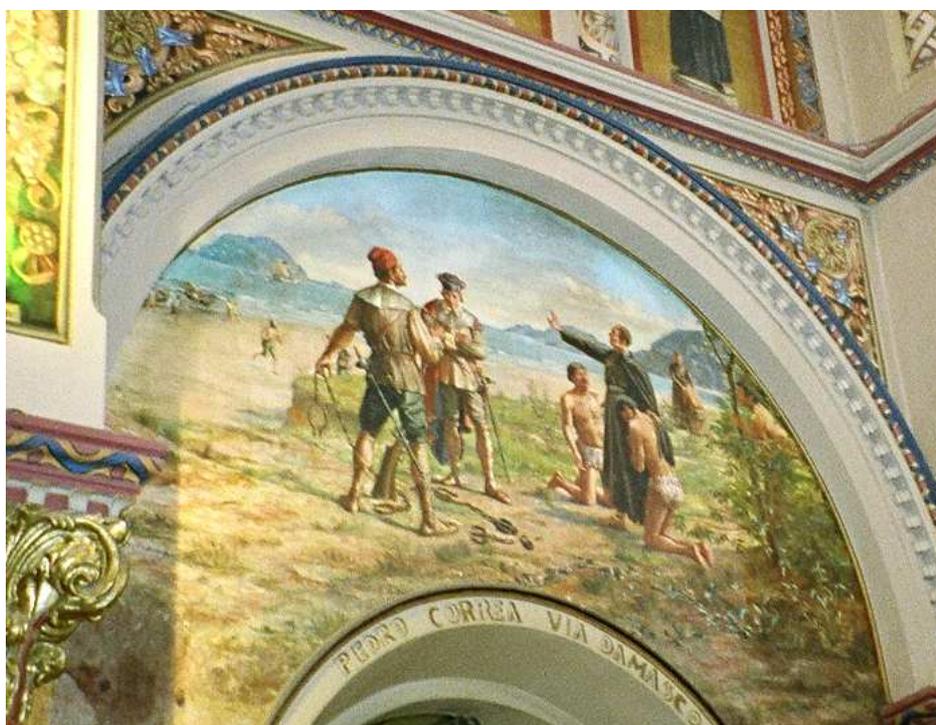


Figura 1. CALIXTO, Benedito. *Pero Corrêa via Damasco*. 1910. Painel. Igreja de Santa Cecília, São Paulo – SP (Fotos da autora).

No painel sobre a capela da Sacristia se encontra retratada a cena do momento da conversão de Pero Corrêa (figura 1). Tal representação estabelece um contraste entre a prática religiosa e a apresadora, fixando a superioridade da primeira em relação à segunda. Através da disposição das personagens que representam as duas práticas, observa-se a exaltação dos ideais católicos em detrimento daqueles que estavam por trás das atividades bandeiristas.

A postura firme do jesuíta expressa através do corpo que ostenta rigidamente o braço direito esticado em sinal de interdição e um olhar altivo em face do bandeirante – retratado com os ombros caídos, a cabeça abaixada e os braços cruzados – denota a grandeza do catolicismo. Portanto, nesta representação, o bandeirante valoroso e convicto de suas ações, que vinha sendo constituído ideologicamente pela elite paulista, é convertido em um elemento frágil, incapaz de sustentar suas certezas quando confrontado com as do representante da Igreja.

O painel sobre a capela do Santíssimo Sacramento (figura 2) representa o momento em que Pero Corrêa e seus companheiros foram assassinados por índios carijós numa missão em Cananéia, em 1554.



Figura 2. CALIXTO, Benedito. *O martírio de Pero Corrêa*. 1912. Painel. Igreja de Santa Cecília, São Paulo – SP (Fotos da autora).

Neste painel, o ex-bandeirante, então na condição de jesuíta, se mostra absolutamente convencido de sua opção religiosa já que, mesmo enquanto vítima da atrocidade do índio, não perde as forças que o permitem manter-se ajoelhado e ereto,

dirigindo seu olhar piedoso e sereno aos céus em atitude de contemplação, no momento exato de sua morte.

A análise dessas pinturas em concomitância com a dos diários escritos pelo Arcebispo Dom Duarte revelam que a contradição das imagens que daquelas sobressaem em relação as que se constituíram a partir do Museu Paulista e do Instituto Histórico com o apoio do Estado referem-se às resistências da Igreja em aceitar resignadamente a situação a que ficara condenada no contexto republicano.

Os diários de Dom Duarte deixam entrever as frustrações do ocupante do posto mais alto da Igreja de São Paulo em relação aos representantes do Estado. Esses escritos demonstram seu desalento em relação a este último que não protegia e nem defendia a Instituição católica como julgava que deveria fazê-lo.

As concepções que embasavam as críticas do Arcebispo estavam de acordo com a mentalidade ultramontana que norteava a ação da Igreja Reformadora na Europa.

Na segunda metade do século XIX a Instituição retomou os ideais do movimento ocorrido no interior da Igreja católica francesa, após a Revolução de 1789. Tal movimento era uma reação às idéias iluministas e defendia que os Estados eram inferiores à Igreja. No contexto da restauração da monarquia daquele país, seus ideólogos defenderam enfaticamente que o rei deveria submeter-se à autoridade papal.

Em 1870, Pio IX, com base no ultramontanismo, decretou a infalibilidade do Papa em face do mundo, no Concílio Vaticano I, dez anos após ter promulgado a encíclica *Quanta Cura* que continha um compêndio intitulado de *Syllabus* composto por 80 proposições que condenavam boa parte das idéias admitidas pelos liberais e progressistas da época.<sup>30</sup>

Dom Duarte, que se formara sob os auspícios dessa corrente, tecia críticas aos representantes do poder público que na sua visão, conforme se depreende de suas

---

<sup>30</sup> O Concílio “foi quase a suprema bofetada na face do século” devido, digamos, à ousadia de “uma assembléia de velhos bispos, declarar que um certo homem, exatamente o representante do poder da Fé e da Tradição” era infalível numa “época em que se condenava o absolutismo, que se considerava a razão sujeita a progressos, a verdade relativa, a experiência como único critério de verdade, e se proclamavam os direitos da razão e da tolerância”. Cf. TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968, p. 165.

observações nos diários, acabavam por negar a superioridade da Igreja ao não se posicionarem ostensivamente em seu favor, principalmente em face de seus concorrentes protestantes e de seus vorazes opositores anarquistas.

Os escritos de Dom Duarte, entre 1909 e 1911 expõem suas preocupações ante a posição do Estado quanto um sério conflito que envolvera a Igreja e os anarquistas na época. Tal conflito associa-se ao “caso Idalina”, um fato ocorrido na cidade de São Paulo, envolvendo padres do Orfanato Cristóvão Colombo dirigido pelos scalabrinianos.

Os scalabrinianos pertenciam à Ordem de São Carlos oficializada em 1887, a primeira cujo principal objetivo era a assistência religiosa aos emigrados da Itália, na perspectiva da preservação do catolicismo entre essa população nos países a que se destinavam. Em São Paulo, eles se estabeleceram por volta de 1870 nas proximidades das fazendas produtoras de café. Na capital, o Orfanato Cristóvão Colombo, fundado em 1896, constituiu-se no centro de sua atuação.

O “caso Idalina”, como ficou conhecido na época, diz respeito a uma acusação contra o padre Conrado Stefani e contra o diretor desse Instituto, o padre Faustino Consoni, pelo desaparecimento de uma interna do Orfanato que teria sido estuprada e assassinada no local.

Tal caso foi denunciado à Justiça paulistana pelos anarquistas que combatiam com veemência a Igreja na época. Especialmente o jornal *A Lanterna* sob a responsabilidade de Edgard Leuenroth se propunha a

(...) pôr às claras, ou à luz , ainda que de uma pequena lanterna ou lamparina, tudo o que estivesse na escuridão, nos porões, ou por detrás dos muros da Igreja ultramontana, com seu facho de luz que tinha como foco principal o combate à hierarquia eclesiástica, como “Folha Anticlerical e de Combate”.<sup>31</sup>

Esse jornal cobrava do Estado atitudes concretas quanto ao caso, propondo a rígida apuração dos fatos a ele relacionados.

---

<sup>31</sup> SOUZA, Wlaumir Donizeti. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 172.

A abertura do processo, no entanto, não satisfez os anarquistas que consideravam os procedimentos em torno do mesmo extremamente lento. Por isso, passaram a realizar atos públicos não só na capital do Estado como também no interior, protestando contra a condução do caso por parte das autoridades e defendendo a suspensão das atividades do estabelecimento scalabriniano, que consideravam um antro de abusos e maus-tratos contra os internos.

A manifestação dos anarquistas levou o caso a ganhar enorme repercussão pública:

(...), o caso se avolumava de tal forma que a possibilidade de uma convulsão social parecia tão evidente ao clero, ao passo que continuamente estimulada pelos anarquistas que até o ministro do tribunal de Justiça, doutor Clemente de Castro, foi certificar-se das ocorrências.<sup>32</sup>

Em face dessa situação o governo agiu de forma repressiva contra os anarquistas coibindo suas ações detendo, inclusive, muitos de seus principais expoentes, como ocorrera em 1911 por ocasião do impedimento de um grande comício na capital.

Segundo Souza, ante as duas forças opositoras, o Estado se posicionara a favor da Igreja; o inquérito sobre o desaparecimento de Idalina concluiu que os padres do Orfanato eram inocentes.

O que importa observar, aqui, é que, apesar desse desfecho, aos olhos do Arcebispo, as autoridades tinham permitido que a situação chegasse longe demais.

Dom Duarte considerava que os homens públicos temiam ser vinculados à Igreja e dados como conservadores: “o pavor de passar por clerical, lhes escurece a consciência, tirando-lhes o sentimento de patriotismo”.<sup>33</sup> Sua insatisfação o levava a condenar, ainda, as ações da Segurança Pública do Estado que não teria se esforçado em inibir os constantes insultos aos sacerdotes e ele próprio:

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 196.

<sup>33</sup> Registro em 12 de março de 1911. *Diário de DDLS (1908 – 1911)*. 11 – 02 – 048. (AMDDL).

insultados por toda parte por arruaceiros de ínfima classe, açulados pela imprensa italiana, estamos reduzidos à ambição de colonos em nossa pátria, a parias desprezíveis sem apoio eficaz do poder público.<sup>34</sup>

Esses posicionamentos do Arcebispo impulsionaram-no a retomar a publicação de um jornal católico na perspectiva de defender a Igreja de seus opositores.

É interessante notar que, nesta ocasião, o Arcebispo suplantara seu ceticismo em relação às possibilidades de uma imprensa católica na Arquidiocese. Todos os dissabores que expressara acerca da publicação do jornal *São Paulo*<sup>35</sup> foram colocados de lado em face dos novos apelos.

As observações de D. Duarte em relação àquele jornal revelam que o mesmo se constituía para ele num problema de difícil solução, já que se debatia com a falta de recursos para levar adiante a empresa, e ainda com a impossibilidade de fazer valer os interesses ideológicos da Igreja em torno da publicação. Tais dificuldades levaram-no a abdicar da direção do periódico em 1909:

Passei a empresa do “São Paulo” ao Sr. Conde de Prates que assume toda a responsabilidade. Quebrei todas as lanças para salvar esta obra; sacrifiquei amigos e a Arquidiocese sem nada, absolutamente nada conseguir. Ultimamente fiz um contrato com o Dr. Fernando Mendes, do Jornal do Brasil, saindo a emenda pior do que o soneto, pois não dei solução à parte financeira, nem consegui manter a orientação, não direi mais católica, mas sequer seria.(...).  
Após esta experiência, fico para todo o sempre curado de imprensa católica. Decididamente é impossível vingar qualquer tentativa nesse sentido.<sup>36</sup>

A mudança de sua atitude em relação à questão da imprensa católica quase um ano depois dessa sentença de morte foi assim descrita:

---

<sup>34</sup> Registro em 20 de fevereiro de 1911. *Diário de DDLs (1908-1911)*. 11 – 02 – 048. (AMDDLs).

Os grifos são meus.

<sup>35</sup> O *São Paulo* foi lançado em 1905 após muitas discussões nos Congressos Católicos de São Paulo de 1901 e 1904.

<sup>36</sup> Registro em 14 de maio de 1909. *Diário de DDLs (1908-1911)*. 11 – 02 – 048. (AMDDLs)  
Grifos no original.

Impunha-se mais do que nunca, o ressurgimento do diário católico. (...) Pensei, meditei, até então sistematicamente contrário à nova tentativa (...), em um país onde não se lê, onde as mulheres e os mais distintos sacerdotes não têm, como na Bélgica, Alemanha e América do Norte, espírito de propaganda, – julguei que não devia mais hesitar (...), e fundou-se a ‘Gazeta do Povo’.<sup>37</sup>

Ao conclamar o clero da Arquidiocese para auxiliá-lo na publicação do jornal, Dom Duarte alertou-os sobre a necessidade de defender-se a Igreja, inclusive do Estado. Referiu-se, então, à proibição por parte do presidente Nilo Peçanha, do desembarque no país de dois religiosos portugueses, na época:

Dolorosamente surpreendidos com as medidas de odiosa exceção, que vem ferir profundamente em suas crenças, direitos e liberdades, protesta perante os poderes públicos contra a proibição de desembarque de religiosos estrangeiros dos quais a nação e a Igreja brasileira se reconhecem devedores de ingentes e leais esforços pelo seu desenvolvimento espiritual e material.<sup>38</sup>

A adesão dos subalternos do Arcebispo à causa do periódico católico se fez sentir imediatamente. Os eclesiásticos se dispuseram a zelar pelo jornal que passara a ser publicado diariamente: “Os padres do Coração de Maria, generosamente se ofereceram para imprimir o jornal”, e “o mosteiro de São Bento ofereceu larga soma anual” para a sua manutenção.<sup>39</sup>

Assim, a *Gazeta do Povo*, publicada a partir de então, diariamente, sob a responsabilidade da Arquidiocese<sup>40</sup> passou a expor as críticas e as insatisfações que Dom Duarte nutria em sua privacidade em relação ao Estado:

---

<sup>37</sup> Registro em 17 de fevereiro de 1910. Ibid.

<sup>38</sup> Reunião do clero. *Boletim Eclesiástico*, ano 5, n. 12, dez. 1910.

<sup>39</sup> Ibid.

Donizeti Souza observa que, em um mês, “de dois mil exemplares passou, a partir de dezembro para seis mil, graças as assinaturas recolhidas pelo clero, o que tornara a edição de 2 de janeiro a primeira, como *Diário Católico*”. Cf. SOUZA, 2000, p. 190.

<sup>40</sup> Até aquela época, a *Gazeta do Povo* era um órgão mantido por um pequeno grupo de jovens leigos na capital.

Questionava, então, a Gazeta do Povo, quem governava os homens eleitos e ilustres ou aqueles que dominavam as ruas e se perguntava se seriam os católicos obrigados a formar uma guarda católica, ou privada, para garantir a segurança do clero.<sup>41</sup>

A observação detida dos trabalhos de pintura de Benedito Calixto para a Igreja de Santa Cecília, produzidos na mesma época do Caso Idalina, permite concluir que os mesmos também se associam ao desconforto do Arcebispo ultramontano ante o Estado constituído.

Neste ponto, é importante apontar as relações estabelecidas entre o Arcebispo de São Paulo e esse pintor, responsável por grande número de obras para as igrejas da Arquidiocese. Dom Duarte não só encomendava os trabalhos ao pintor itanhaense, como também interferia sobre o processo de produção dos mesmos. Em 1912, por exemplo, em carta ao Arcebispo, o artista, tratando da incumbência que dele recebera para a decoração do palácio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, expôs toda a temática dos quadros que pretendia pintar, na época, e ainda afirmou que:

A escolha desses motivos fica ainda a livre arbítrio de V.Ex., pois nada farei sem a aprovação de V.Ex. E no caso que este assunto não lhe agrade poderemos escolher outros que mais tarde terei de apresentar a V.Ex. visto como esses dois painéis só começarei depois de estarem terminados os dois que já tenho em mãos.<sup>42</sup>

A análise da representação de Calixto sobre a história de Pero Corrêa ocorrida em São Paulo no período colonial, a qual fora submetida à aprovação de D. Duarte, permite concluir que ela atendia plenamente aos seus interesses.<sup>43</sup>

Ao consentir a impressão de um fragmento da história de São Paulo no interior de Santa Cecília, optando por conferir ao membro da Companhia de Jesus um lugar ainda mais

---

<sup>41</sup> Ibid, p. 197.

<sup>42</sup> Carta de Benedito Calixto a D. Duarte Leopoldo (18 de junho 1912). **Pasta n. 1.** Fundo da Paróquia de Santa Cecília. (AMDDL).S).

<sup>43</sup> O acompanhamento do trabalho de Calixto por parte de D. Duarte acerca da representação em questão se explicita no comentário do Arcebispo: “Benedito Calixto apresenta-me o estudo de um quadro denominado ‘Pedro Corrêa no caminho de damasco’. É um belo quadro para minha Santa Cecília.” Registro em 11 de janeiro de 1910. **Diário de DDL (1908-1911)**. 11 – 02 – 048. (AMDDL)

grandioso que o do ancestral “desbravador” da mitologia que então se ia compondo sob o respaldo do poder público, o Arcebispo fez demarcar naquele templo, cuja paróquia ajudara a erigir e a consolidar, a superioridade dos ideais da Igreja em face daqueles que serviram de fundamentos para as práticas do Estado na época.

O templo de Santa Cecília assumiu, portanto, um significado muito especial no âmbito da Igreja paulista entre o final do século XIX e os primórdios do século XX. Os cuidados e as atenções de Dom Duarte para com ele revelam as práticas adotadas pela Instituição católica, também no âmbito da produção simbólica, para o enfrentamento de todos os desafios que encontrara para sobreviver e para levar a cabo seus empreendimentos no contexto republicano.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

*Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo n. 2 (1915-1916)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Cia, 1916. (Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva – AMDDL).

*Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo n. 3 (1916-1917)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Cia, 1918. (AMDDL).

*Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo n. 4 (1918-1919)*. São Paulo: Tipografia Augusto Siqueira & Cia, 1919. (AMDDL).

*Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo n. 5 (1919-1920)*. São Paulo: Tipografia Augusto & Cia, 1920. (AMDDL).

*Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo*, ano 5, 1909-1910. (AMDDL).

*Carta de Benedito Calixto a D. Duarte Leopoldo* (18 de junho 1912). Pasta n. 1. Fundo da Paróquia de Santa Cecília. (AMDDL).

*Diário de Dom Duarte Leopoldo e Silva (1908 – 1911)*. 11 – 02 – 048. (AMDDL).

*Livro-Tombo n. 1, (1895-1929)*. Fundo da Paróquia de Santa Cecília. (AMDDL).

*Mensageiro Paroquial de Santa Cecília.*, ano 1, n. 1, 1900 (Arquivo da Paróquia de Santa Cecília).

*Mensageiro Paroquial de Santa Cecília*, ano 1, n. 3, 1901 (Arquivo da Paróquia de Santa Cecília).

*Mensageiro Paroquial de Santa Cecília*, ano 1, n. 10, 1901 (Arquivo da Paróquia de Santa Cecília).

### Fontes Secundárias

ABUD, Kátia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: DE LUCA, Tânia Regina; FERREIRA, Antonio Celso; IOKOI, Zilda Grícoli (orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Marli Nunes (coord. geral). *Benedito Calixto – 150 anos*. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2004. 1 CD-ROM.

BRUNELLI, Aidelli S. Urbani et al. *Barra Funda* (Série: História dos Bairros – vol. 9). São Paulo: DPH, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina; FERREIRA, Antonio Celso; IOKOI, Zilda Grícoli (orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

DIEL, Paulo Fernando. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In: LONDOÑO, Fernando Torres (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil – perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

GLEZER, Raquel. As transformações da cidade de São Paulo na virada do século XIX e XX. In: *Cadernos de História de São Paulo*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, vol. 3 (out./ nov. 1994) - vol. 4 (ago. / out. 1995). São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1994 – 1995.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do capital: 1848- 1875*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JORGE, Clóvis de Athayde. *Santa Cecília: Contrastes e Confrontos*. São Paulo: DPH, 2006.

MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe – gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos: ‘Guardiões da história oficial’. In: \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Wlaumir Donizeti. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.